

# Formação da Cidade de Belém (PA): Área Central e seu Papel Histórico e Geográfico

## Formation of the City of Belém (PA): Central Area and its Paper Historical and Geographical

Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior<sup>i</sup>  
Universidade Federal do Pará  
Pará, Brasil

Adriane Karina Amin de Azevedo<sup>ii</sup>  
Universidade Federal do Pará  
Pará, Brasil

**Resumo:** Belém teve em um promontório localizado no vértice da baía do Guajará e do rio Guamá no século XVII seu ponto irradiador da vida urbana, o qual teve em alguns “obstáculos naturais” (cursos d’água e áreas de várzea e igapós) empecilhos momentâneos para desenvolver-se com plenitude. Superados os obstáculos, a cidade de Belém expandiu-se tendo em sua área central expressões de mudanças e permanências. Logo, torna-se interessante identificar e analisar as alterações histórico-geográficas na área central de Belém para entender o processo de refuncionalização ocorrente nesta área e suas novas funcionalidades refletidas no espaço urbano.

**Palavras-chave:** Área central, Revitalização, Funcionalidades.

**Abstract:** In the 17<sup>th</sup> Century the urban life of Belém spread out from a promontory located at the meeting point of Guajará Bay and Guamá River. These “natural obstacles” (waterways, floodplains and flooded forest) presented momentary setbacks to urban expansion. Overcoming these obstacles the city of Belém developed a central area characterized by change and continuity. By identifying and analyzing historical and geographical changes in the central area of Belém a better understanding can be obtained of new functions and features of urban space in Belém today.

**Keywords:** Central area, Revitalization, New urban functions.

### Espacialização da Cidade de Belém: uma Breve Introdução

Pode-se dizer, a princípio, que a cidade nasce da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando determinado fim, isto é, a sobrevivência do grupo no lugar e o rompimento do isolamento das áreas agora sob sua influência (CARLOS, 1992).

O uso e a ocupação da cidade de Belém pelos portugueses no início do século XVII obedecem esta lógica, pois o centro irradiador de sua expansão partiu do hoje conhe-

<sup>i</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia/Inst. Filosofia e Ciências Humanas.

<sup>ii</sup> Estudante de Graduação em Geografia, drikazvdo@yahoo.com.br

cido Forte do Presépio localizado no Complexo Feliz Lusitânia, delineando as direções para onde a cidade distinguiria o lineamento de suas primeiras ruas.

Situada no vértice de um estuário, Belém nasceu e cresceu ao influxo das atrações do interior e do mar. O rio Guamá prendia-se ao continente e o estuário guajarino ao oceano Atlântico (TOURINHO; MEIRA FILHO & COUTO, 1976), ou seja, percebe-se que seu crescimento tem como vetores orientadores de crescimento, um voltado para o rio e outro voltado para o mar.

Por estar em um terraço fluvial, protegido do fenômeno das marés, tem-se aí o início da formação da cidade de Belém. A importância de citar Carlos (1992) se faz por Belém ter seu processo de ocupação ocorrido de forma não contínua, pois existiam obstáculos naturais que não permitiam tal irradiação, porém, sua importância primeira residia no fato de que esta área apresentava condições favoráveis no concernente a fins político-militares.

O alagado do Piry de Jussara foi um desses obstáculos, uma vez que impedia a integração física entre os bairros da Cidade e o da Campina, bem como sua expansão no sentido nordeste, leste e sudeste, além de impedir o aumento da independência do lugar neste espaço recém-ocupado.

As missões religiosas tiveram importante papel no concernente ao processo de ocupação, não somente no sentido físico-territorial, pois a catequização permitiu a “domesticção” da população nativa e posterior irradiação dos costumes ocidentais (europeus).

Todo o conjunto arquitetônico de Igrejas obedece a um traçado bastante peculiar (Figura 1), partindo das imediações do Forte do Castelo com a Igreja da Sé, seguindo a direção sul pela Rua Siqueira Mendes (antiga Rua do Norte) com a Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Ordem dos Carmelitas; no sentido nordeste e leste tem-se um conjunto formado pelas igrejas de Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Igreja de Sant’ana, dentre outras, o que mostra a espacialização das forças eclesiásticas retratando muito bem o período da “cruz e da espada”, lembrando que segundo Gonçalves (2005) a ocupação da Amazônia nasceu sob o signo da disputa territorial de uma geopolítica de caráter colonial, tendo-a como uma reserva, mas precisar-se-ia antes afirmar sua soberania.

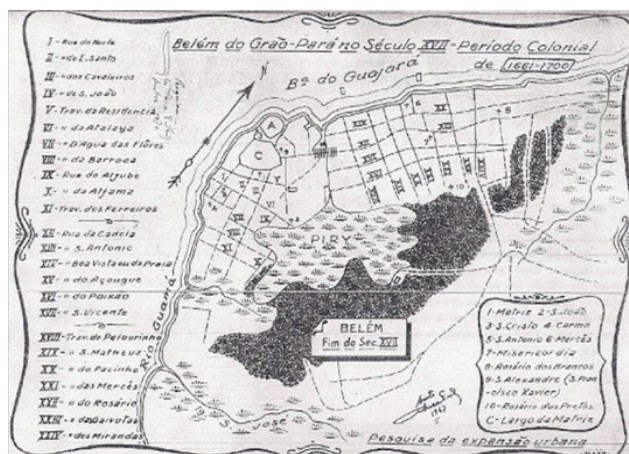


Figura 1 - Croqui do início do processo de ocupação da cidade de Belém, com espacialização das primeiras ruas (números romanos) e igrejas (números arábicos), tendo o alagado do Piry como um de seus primeiros “obstáculos” naturais à expansão urbana.

Fonte: Meira Filho (1976).

Para tanto, a colonização portuguesa vinculou a Igreja à sua política de domínio territorial, tendo sobremaneira as fortificações como as primeiras marcas da civilização ocidental na Amazônia.

Os núcleos religiosos que se fixaram no correr dos anos, Carmelitas, Mercedários, Jesuítas, Capuchos de Santo Antônio influíram decisivamente no agrupamento da gente e na irradiação urbana, funcionando tais núcleos, como centros gravitacionais da futura malha urbana da cidade, obedecida a sua natural formação do primitivo bairro (Cidade Velha) e no segundo (Campina), conforme Belém se expandiria do rio para o sertão (CHAVES, COELHO & SILVEIRA NETO, 1975).

Porém, segundo Gonçalves (2005), a partir de 1750, no governo do primeiro-ministro Marquês de Pombal, tem início uma nova fase na adequação da Amazônia ao domínio colonial português. Dessa vez o caráter mercantil se torna mais evidente com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

Os interesses das ordens religiosas entram em conflito com o monopólio estabelecido pela Companhia Geral e aqueles que outrora foram de suma importância para a colonização inicial do território amazônico são expulsos e tem seus bens confiscados, para então uma nova série de medidas serem colocadas em prática com o intuito de modernizar a região (Quadro 1).

Quadro 1 - Medidas pombalinas.

<b>Medida I</b>	Doação de terras (sesmarias) a colonos e soldados que se comprometessem a cultivá-las;
<b>Medida II</b>	Introdução do trabalho escravo (1756), procurando reforçar a agricultura do cacau, café, algodão, cana-de-açúcar, fumo, anil e arroz;
<b>Medida III</b>	Estímulo à implementação da pecuária nos campos de Rio Branco (Roraima), baixo amazonas e na região das ilhas (Marajó inclusive).

Fonte: adaptado de Gonçalves (2005).

A nova fase de modernização da Amazônia tem no dinheiro e na escravidão a mola propulsora da colonização, marcando um período denominado, segundo o autor supracitado, como do “dinheiro e da espada”.

Este esforço inicial se faz importante para entender que durante o século da sua fundação e a primeira metade do século seguinte (XVIII), Belém vai viver à beira-rio, crescendo bastante em termos periféricos e muito pouco quanto à penetração e somente durante a segunda metade do século XVIII é que a cidade começa a conhecer um processo de interiorização, principalmente por conta do insecamento do igarapé do Piry de Jussara, da catequização e da inserção de atividades comerciais.

Ao examinar-se este processo de interiorização, quando naturalmente a cidade começou a receber os seus primeiros equipamentos urbanos, verifica-se que o deslocamento dessa frente de penetração encontrou quase sempre os

mesmos obstáculos de sua fase pioneira, os acidentes hídricos. E a preferência pelos terrenos de cotas mais altas levou a uma tendência na ocupação: a de sempre que um incidente impedia a passagem, este era contornado em vez de saneado ou obstruído. Com isto, a malha urbana começava a apresentar um perfil irregular, com grandes claros desocupados, correspondendo aos terrenos de cotas baixas (terras alagadas ou alagáveis). (TOURINHO; MEIRA FILHO & COUTO, 1976).

O desvio destes “acidentes geográficos” fez com que a malha urbana procurasse os terrenos com cotas altimétricas mais elevadas – livres da influência das marés – acima de 4 m, fazendo com que a cidade aumentasse, sobretudo, em extensão territorial. É claro que este processo teve seus limites.

Após o “saneamento” da área central de Belém o processo de consolidação do centro teve seu início no século XVIII, avançando durante todo o século XIX e no final do século XX e início do XXI passaria por processos de revitalização e refuncionalização.

Tendo em conta que para Corrêa (1995) o processo de centralização ao estabelecer a área central configurou-a de modo segmentado com dois setores: (i) o núcleo central e (ii) a zona periférica do centro, cabendo caracterizá-los para melhor compreender as mudanças empreendidas no espaço belenense.

Coaduna-se com Trindade Jr (2008) quando este caracteriza a área central pelo papel e a importância que essas áreas assumem nos contextos de reestruturação das cidades, movidos pela definição de novas centralidades no conjunto do espaço urbano e/ou pela necessidade de desenhar uma imagem atrativa à cidade em face de afirmação dos espaços locais nos processos competitivos que demarcam os papéis econômicos dos centros urbanos.

O centro das cidades é um patrimônio que se constituiu pelo seu papel estruturador das primeiras formas e funções urbanas na criação das cidades e pela sua vitalidade permanente no decorrer da história. A vitalidade e o movimento presente nas suas formas-conteúdo (SANTOS, 2009) são da própria natureza dos centros urbanos, por isso neles encontra-se a convivência de uma diversidade de formas e funções, pretéritas e presentes, de signos e significados que ganharam ou perderam a importância social no decorrer do tempo (PAES-LUCHIARI, 2006).

A formação histórico-geográfica e a estruturação da cidade de Belém ao longo dos séculos faz com que se indague acerca do papel da área central, tendo como objetivos do estudo (i) identificar e analisar as alterações histórico-geográficas na área central de Belém e (ii) entender o processo de revitalização ocorrente nesta área e suas novas funcionalidades refletidas no espaço urbano.

Por se tratar de pesquisa científica independente, estimulada pelo Programa de Educação Tutorial de Geografia (PET-Geografia) e pela disciplina Geografia Urbana optou-se pelo levantamento histórico-geográfico e bibliográfico sobre a temática, bem como trabalhos de campo na área central de Belém, focando em empreendimentos da gestão municipal e estadual para revitalização e refuncionalização do centro de Belém.

## **Área Central e o Processo de Uso e Ocupação da Cidade de Belém do Grão-Pará**

A contextualização da realidade belenense no concernente ao arranjo da rede urbana processada na Amazônia far-se-á com ênfase em Corrêa (2006), por meio de sua periodização espacial, a qual coloca como sendo a reconstrução do tempo espacial, isto

é, a colocação em evidência dos momentos diferenciados que caracterizam o processo de elaboração da organização espacial e sua conformação na rede urbana.

Ao se considerar a rede urbana objeto da periodização, é necessário que se considerem como elementos de variação espaço-temporal aqueles elementos gerais pertinentes à rede urbana, a) a gênese dos núcleos urbanos; b) as funções que desempenham; c) a dependência a determinados produtos; d) o sítio urbano; e) a paisagem urbana; f) a ampliação do número de centros a rede; g) o padrão espacial da rede; h) o papel dos diferentes agentes sociais no processo produtivo; e i) as articulações com os espaços exteriores à rede em questão (CORRÊA, 2006).

A exposição de Corrêa (2006) tenta colocar em evidência o processo de elaboração da rede urbana amazônica, buscando amarrar temporal e espacialmente as modificações processadas. Para tanto, em termos sistemáticos, estas ideias serão apresentadas por meio do Quadro 2.

Quadro 2 - Produção do espaço urbano regional.

Periodização	Características	Configuração da rede urbana
1616 a 1655	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início da conquista do território amazônico.</li> <li>• Interesse em assegurar a defesa do território.</li> <li>• Perspectiva de controle econômico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundação da cidade de Belém (1616) localização estratégica de caráter político-militar.</li> <li>• Criação dos núcleos de Souza do Caeté (Bragança) 1633 e Vila Viçosa de Santa Cruz do Cameté (Cameté) a partir de Belém.</li> </ul>
1655 a 1750	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Economia baseada no trabalho indígena e no sistema de aviamento.</li> <li>• Controle e gestão da vida econômica e social pelas ordens religiosas.</li> <li>• Economia voltada para a exportação das “drogas do sertão”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Surgimento de núcleos populacionais ao longo do Vale do Amazonas – embrião de rede urbana.</li> <li>• Presença de fortins e aldeias missionárias ao longo dos vales dos rios.</li> <li>• Criação do Forte de São José do Rio Negro (1669)- próximo a embocadura do Rio Negro;</li> <li>• Reafirmação de Belém como centro regional.</li> </ul>
1750 a 1778	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expansão das atividades produtivas.</li> <li>• A Cia. Mercantil do Grão-Pará e Maranhão assume o controle econômico e mercantil.</li> <li>• Doação de terras para colonos e soldados.</li> <li>• Política Pombalina de inserção da economia amazônica no mercado mundial – expulsão dos jesuítas.</li> <li>• Introdução da mão de obra escrava africana e estímulo a agricultura comercial (cacau, café, fumo, anil, etc) e a pecuária.</li> <li>• Retificação do sistema de aviamento – importação de produtos manufaturados e produção exportável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ratificação e esforço da Rede Urbana e da primazia de Belém.</li> <li>• As aldeias missionárias são transformadas em vilas, recebendo outras denominações.</li> <li>• Belém passa a ser a capital do Grão-Pará e Maranhão - fator locacional.</li> <li>• Criação de novos fortes.</li> <li>• Cria-se a Capitania de São José do Rio Negro, com capital em Barcelos.</li> </ul>
1778 a 1850	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estagnação econômica regional.</li> <li>• Queda da demanda de produtos regionais no mercado europeu – declínio econômico regional;</li> <li>• Extinção da Cia. Do Grão-Pará e Maranhão;</li> <li>• Arrefecimento da expansão agrária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estagnação na vida urbana.</li> <li>• Transferência da capital de São José do Rio Negro (1808) de Barcelos para Lugar da Barra (Manaus).</li> <li>• Concentração dos recursos e das riquezas em Belém;</li> <li>• Existência de vários núcleos pequenos.</li> <li>• Ausência de cidades de tamanho intermediário.</li> <li>• Cristalização de uma rede urbana dendrítica.</li> </ul>
1850 a 1920	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Período do <i>boom</i> econômico da borracha.</li> <li>• Superação do problema do sistema de transportes e da escassez da mão de obra.</li> <li>• Oferta de capitais para o financiamento da produção.</li> <li>• Reforço ao sistema de “aviamento”, viabilizando a produção, circulação, consumo e estrutura de poder.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revigoração econômico e demográfico das cidades já existentes.</li> <li>• Intensificação das relações entre os núcleos de povoamento.</li> <li>• Surgimento de novos centros urbanos na Amazônia Ocidental em sua maioria sedes de seringais.</li> <li>• Prosperidade de cidades como Belém, Manaus e Santarém.</li> </ul>

<p>1920 a 1960</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Nova estagnação econômica, fruto da queda da demanda da borracha.</li> <li>● Diminuição do afluxo migratório para a Amazônia;</li> <li>● Existência de um certo refluxo para as áreas de origem das populações aí instaladas.</li> <li>● Impacto na rede urbana por meio da perda de mercado (fator população).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Estagnação urbana.</li> <li>● Prosperidade urbana é restrita às cidades do médio Amazonas em virtude da produção da Juta (Santarém).</li> <li>● Criação de territórios do Amapá, do Rio Branco (atual Roraima) e Guaporé (atual estado de Rondônia).</li> <li>● A estagnação econômica e regional, por inércia, iria ratificar a posição de Belém e Manaus na rede urbana regional – focos parciais de êxodo proveniente dos seringais.</li> </ul>
<p>A partir de 1960</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Rodovias com novos eixos de circulação.</li> <li>● Ação intensiva de empresas capitalistas na exploração dos recursos.</li> <li>● Presença marcante do Estado – PIN.</li> <li>● Criação de órgãos de planejamentos e financiamentos.</li> <li>● Projetos de colonização agropecuários e minerais.</li> <li>● Estrutura fundiária marcada pela grande propriedade rural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Reorganização da Rede Urbana – Rede Complexa.</li> <li>● Maior incentivo da urbanização regional.</li> <li>● Surgimento e crescimento de núcleos urbanos e povoados ao longo das rodovias.</li> <li>● Instalação de núcleos de apoio à colonização;</li> <li>● Construção de <i>Company Towns</i>.</li> <li>● Revigoreamento de centros antigos articulados a uma nova dinâmica local (Ex: Marabá).</li> <li>● Estagnação de cidades em áreas pouco dinâmicas.</li> <li>● Criação da Zona Franca e ascensão de Manaus a condição de Metrópole da Amazônia Ocidental.</li> <li>● Urbanização concentrada nas capitais estaduais.</li> <li>● Conformação metropolitana de Belém e incremento das atividades industriais, com o auxílio dos incentivos fiscais.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Corrêa (2006).

O exposto na periodização realizada por Corrêa abarca os acontecimentos têmporo-espaciais experimentados pelo espaço urbano belenense. Pelo exposto, vê-se ainda que a expansão da área urbana de Belém (Figura 2) sob o ponto de vista geográfico pode ser dividida em três fases segundo Moreira (1966):

- a) A fase periférica ou ribeirinha (da fundação da cidade até meados do século XVIII);
- b) A fase de penetração (de meados do Século XVIII a meados do Século XIX);
- c) A fase de continentalização (de meados do Século XIX até 1960-1970);



Figura 2 - Mapa com o sentido da expansão urbana da cidade de Belém.

Fonte: Adaptado de ABELÉM (1989) por Borges e Silva (2011).

Segundo Trindade Jr (1998) há ocorrência de uma quarta fase, denominada fase de metropolização (dias atuais) que ultrapassa o município de Belém.

Fazendo uma rápida retomada tem-se que o bairro da Cidade Velha se caracteriza por casaríos e arruamentos antigos aos moldes portugueses, tendo a Rua Siqueira Mendes como sua primeira rua seguindo sentido contrário ao do curso do rio Guamá

por se tratar de um terreno geomorfologicamente mais propício ao desenvolvimento de construções.

Este bairro abriga prédios religiosos antigos, como as igrejas da Sé, de Santo Alexandre e São João Batista, do século XVIII, as quais segundo a periodização de Corrêa (2006) perdem a função primeira de concentrar a economia e o controle da população/mão de obra tão importante para o desenvolvimento da Cia. do Grão Pará e Maranhão até meados do segundo quartel do século XIX.

É notório na área central de Belém e na zona periférica do centro projetos de intervenção, marcando o revigoração de centros antigos articulados a uma nova dinâmica local como bem explicitada por Corrêa (2006) no período pós 1960, os quais,

[...] situam-se na faixa de orla integrante da área central, seja no núcleo central – caracterizado por apresentar uso intensivo do solo, ampla verticalização, limitada escala de expansão horizontal, foco dos transportes intra-urbanos e intra-regionais – seja na zona periférica do centro – que tem como principais características: uso semi-intensivo do solo, com atividades de comércio atacadista, armazenagem e indústrias leves, além da existência de terrenos abandonados; a ocupação de prédios baixos que consomem bastante espaço; extensa área de canais, armazéns e atividades conexas ao sistema portuário; associado a estas atividades, mas não exclusivamente, aparece um sub-setor de diversões de baixo status social e área residencial de baixo status social. (TRINDADE JR. *et al.*, 2006).

Para tanto, na primeira gestão do Governo Almir Gabriel (1995-1998) houve a revitalização processada no Museu de Arte Sacra e na “Casa das Onze Janelas” em uma tentativa de volta ao centro, como nos países desenvolvidos, porém neste caso ocorreu uma gentrificação do consumo e do viver, ou seja, espaços antigos são revitalizados, assumindo novas funções.

Gentrificação, segundo Hoffmann (2007) seria o enobrecimento urbano, respeitando a uma intervenção em espaços urbanos (com ou sem auxílio governamental), que provocam sua melhoria e consequente valorização, com retirada de moradores tradicionais que geralmente pertencem a classes sociais menos favorecidas dos espaços urbanos e usos voltados para classes como maior poder aquisitivo.

Este processo foi impulsionado em grande medida pelas diretrizes urbanas, as quais impedem a construção de prédios no centro histórico das cidades, bem como a intenção de se produzir uma identidade urbana para Belém, atendendo as necessidades do setor turístico, ressaltando que o retorno ao centro de Belém foi financiado pelo governo e organismos externos, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

A síntese destes projetos na orla belenense, especialmente no caso da “Casa das Onze Janelas” e “Estação das Docas” é a contemplação/consumo da paisagem.

O “Complexo Feliz Lusitânia” (Figuras 3, 4 e 5) projeto pensado para o plano de desenvolvimento do turismo no Pará, envolve a revitalização do Forte do Castelo, Museu do Encontro, da Igreja de Santo Alexandre (tornando-os espaços culturais e Museu de Arte Sacra) e da “Casa das Onze Janelas.” (TRINDADE JR., AMARAL & SANTOS, 2006) em um verdadeiro “marketing urbano”.





Figura 3 – Igreja da Sé com início de construção em 1748 e término em 1782.

Figura 4 – Igreja de Santo Alexandre, a qual também tem nesse prédio funcionando o Museu de Arte Sacra pertencente ao complexo Feliz Lusitânia.

Figura 5 – Forte do Castelo após a intervenção urbana com aproximação do rio (baía de Guajará).

Fonte: Trabalho de Campo dos autores (2010).

Há presença de várias rugosidades, como casarios antigos, palácios, etc, os quais retratam a história da cidade, bem como é possível observar os processos de (i) centralização, local onde se concentram as principais atividades comerciais e de serviços (CORRÊA, 1997) e (ii) coesão, sendo o processo que estimula aglomeração de atividades tendo em vista a afinidade dessas atividades e para onde convergem os fluxos de transportes.

Obras como “Estação das Docas”, “Feliz Lusitânia” e “Mangal das Garças” representam intervenções pontuais na orla, preocupadas principalmente em definir uma nova imagem para a cidade; daí as marcas arrojadas com que essas formas espaciais são pensadas, quando se leva em conta a concepção arquitetônica e urbanística. Desses, exemplos, o mais paradigmático é o complexo turístico-cultural “Estação das Docas”, pensado a partir do reaproveitamento e refuncionalização dos galpões desativados do antigo porto, herdado do período áureo da economia da borracha na Amazônia. Através do “urbanismo espetáculo” são criados e/ou reforçados valores culturais e representações sociais. (TRINDADE JR., AMARAL e SANTOS, 2006).

Estes projetos de revigoramento são frutos dos objetivos do Estado, visando à qualificação da área central da cidade de Belém à classe média em detrimento da maioria da população. Este projeto modernizador está assentado no argumento de que a cidade cresceu de “costas para o rio”, no entanto é possível observar a função contemplativa da paisagem, como exposto, bem como a importância dos portos, sendo entrepostos comerciais onde as atividades relacionam-se principalmente com a subsistência e as relações sociais são muito fortes, transformando-se então em um espaço de vivência, no qual circula a tradição ribeirinha na metrópole e a relação da cidade com sua hinterlândia, evidenciando a importância do rio para a (re) produção do espaço belenense e a desconstrução da falácia “cidade de costas para o rio”.

Os portos possuem relevante importância para a cidade por serem fontes de abastecimento de produtos regionais como o açaí, a farinha, verduras, carvão, etc, e ilustrando a existência do circuito inferior da economia (SANTOS, 2004), por vezes devido se pres-

tar a atender a uma demanda populacional local, pouco capitalizada, embebidas nas relações de troca baseadas em crédito pessoal.

Tais espaços assumem caráter tão significativo quanto o Ver-o-Peso, mas por não apresentarem infraestrutura adequada acabam não recebendo a mesma valorização. Haja vista que o espaço Ver-o-Peso, o qual por meio de intervenção urbana na gestão municipal de Edmilson Rodrigues (1995-1998 e 1999-2003) além de ter reafirmado seu caráter comercial, agrega um caráter turístico, verticalizando as relações, as quais não mais somente acontecem entre ribeirinhos-comerciantes-consumidores locais, mas entre ribeirinhos-comerciantes-consumidores locais/regionais/globais.

Em se tratando da área central torna-se relevante pensar que o bairro da Campina através da implantação do convento e igreja das Mercês, da feira do Largo das Mercês, do edifício da Santa Casa e da construção da fortaleza de São Pedro Nolasco, na segunda metade do século XVII, teve a intensificação do processo de ocupação. A partir daí pôde a Campina retomar o processo de crescimento mais ordenado e regular. Assim, ao final do século XVII, já se pode verificar um claro vetor de expansão da cidade em direção ao novo bairro da Campina.

Até a segunda metade do século seguinte, Belém assistiu a transferência dos principais prédios administrativos para essa região. Esse deslocamento parece corresponder igualmente à ascensão de uma classe mercantil que elegerá o antigo caminho de Santo Antônio como principal via para a construção de suas residências, armazéns e lojas comerciais. Sintomaticamente ocorrerá a mudança do nome desta via no trecho compreendido entre o Igarapé (que separava a Cidade Velha da Campina) e a Igreja das Mercês, passando a ser chamada de Rua dos Mercadores (hoje, Av. Conselheiro João Alfredo), dando início ao centro comercial de Belém.

Percebe-se que o centro comercial apresenta-se altamente degradado no sentido da não valorização das formas arquitetônicas produzidas no passado, cumprindo, no entanto, função imprescindível, a qual seria a abertura dos vãos térreos das fachadas correspondendo aos objetivos de “trazer a rua (e os clientes) para dentro das lojas” e ao mesmo tempo, “levar a loja (e as mercadorias) para a rua”.

A supressão das fachadas elimina o elemento arquitetônico responsável pela separação física e simbólica entre a loja e a rua. Deste modo, o comércio passa a tratar o espaço público como extensão da atividade privada, dissolvendo a fronteira existente entre ambos, além do que os transtornos provocados pela presença dos camelôs no eixo das ruas Cons. João Alfredo e Santo Antônio vêm contribuindo para acelerar o processo de degradação urbana.

Várias divagações poderiam ser empreendidas sobre o fenômeno urbano, porém um destaque merece ser dado não somente à questão de pensar em estratégias de transformação da realidade, mas projetar a realidade de forma a minimizar a implantação futura de medidas mitigadoras.

O projeto de desenho urbano desenvolvido para o eixo comercial “Via dos Mercadores”, por exemplo, pretende ser mais do que uma contribuição ao debate iniciado pela Prefeitura Municipal sobre os destinos do Centro Histórico de Belém, como ser também um instrumento de ação concreta sobre a realidade que se quer transformar, sendo que a principal diretriz assumida pelo Projeto consiste na requalificação urbanística da área de intervenção, visando recuperar o potencial turístico e econômico representado pelo centro histórico de Belém.

## Refuncionalização do Espaço Urbano Belenense

Retomando a periodização de Corrêa (2006), no período do *boom* econômico da borracha, o bairro do Reduto vai paulatinamente se tornar um bairro industrial. As primeiras indústrias se alocam neste espaço até a década de 1960.

Atualmente, a zona periférica do centro é referência de rugosidades em virtude dos grandes prédios remanescentes possuírem novos usos, a exemplo do edifício que em outro tempo funcionava a fábrica Perseverança e na atualidade abriga a Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ) (Ver figuras 6 e 7).



Figuras 6 e 7 - Edificação tinha como sede a fábrica Perseverança e na atualidade abriga a Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ), caracterizando um processo de refuncionalização. Fonte: Trabalho de Campo (2012).

O bairro do Reduto entra em declínio do ponto de vista industrial quando se abre a Rodovia Bernardo Sayão, atual Belém-Brasília (BR-010), devido às políticas de abertura dos eixos de integração nacional, pois a chegada de produtos industriais do Centro-Sul acentua a competitividade, dando início ao processo de corrosão das indústrias locais. O bairro vai perdendo sua função industrial e os prédios são refuncionalizados, culminando num processo de substituição dos conteúdos, mas não necessariamente das formas.

No bairro do Reduto existiam ocupações de baixo padrão econômico, a mais conhecida era a Vila Sarara. O saneamento vagaroso das áreas de baixada iniciado na década de 1960 que abarcou a Av. Tamandaré, a Av. Doca de Souza Franco e o bairro de mesmo nome, deu início a um processo de substituição invasão-sucessão, que segundo Corrêa (1997), acontece em função da substituição de agentes, sujeitos sociais, dentro do espaço da cidade, principalmente levando em conta o aspecto do uso residencial, no qual um espaço se valoriza através da modernização (infraestrutura), fazendo com que a população residente (de classe baixa) vá para outros espaços, havendo a substituição do uso residencial, agora com estabelecimento de uma classe alta.

No contexto da década de 1960 nas imediações do bairro do Reduto tal processo se fez presente por conta da remoção da população de classe baixa que habitava este local. As ocupações de baixo padrão econômico deixam de existir em grande parte a partir de uma política do Banco Nacional de Habitação (BNH), o qual remove essa população

para o primeiro conjunto habitacional da COHAB de Belém, o conjunto Gleba I, localizado no início da Av. Augusto Montenegro.

Estes sujeitos removidos passaram pelo processo de segregação imposta, promovendo um processo de aceleração, via COHAB, de periferação na Região Metropolitana de Belém, em que a população removida começa a formar a área de expansão.

O processo de invasão-sucessão percebido também no bairro Umarizal é observado em dois momentos, primeiro da verticalização (Figura 8) e segundo de usos comerciais e de serviços acompanhando o circuito superior de economia urbana (Figura 9).



Figura 8 – vista do bairro do Umarizal voltado para a avenida Visconde de Souza Franco, mostrando alguns de seus inúmeros prédios e

Figura 9 – Boulevard Shopping Belém.

Fonte: Trabalho de campo (2012).

A área acabou virando uma avenida de fundo de vale, canalizada, com enchimentos/inundações naturais (águas de março) ou por não limpeza dos canais, tornando-se uma área comprometida por ser um aterramento, devendo-se investir no estaqueamento do terreno para dar suporte aos prédios. Além disso, é importante salientar, que o bairro do Reduto é o único que apresenta esgoto asséptico, os demais possuem fossas biológicas.

E ainda, o canal da Av. Visconde de Souza Franco, limite entre os bairros do Reduto e do Umarizal, dá uma característica degradada a estas áreas, visto que se torna um esgoto a céu aberto, apresentando poucos atrativos em relação às amenidades (arborização, por exemplo), porém, não deixando a desejar no quesito concentração de serviços, agora, também, por conta da implantação do Shopping Boulevard (Figura 9).

Outra intervenção que merece destaque, estando também voltado para as margens da baía do Guajará é o Projeto Ver-o-Rio, área antes obstruída por usos diversos, de caráter privado, a qual foi retomada pelo poder público municipal para fins de intervenção urbana, transformando-a em área de lazer (TRINDADE JR. *et al.*, 2006).

Segundo o Plano de reestruturação da Orla de Belém (PRO - Belém) o projeto objetiva-se reestruturar e requalificar a orla, tendo em vista a valorização da fisionomia da cidade, por meio da visualização de seus elementos peculiares, integrando-a ao convívio da população, ordenando as atividades culturais, de lazer, de tráfego e transportes e recuperando a paisagem urbana, bem como a qualidade ambiental (BELÉM, 2000).

Uma característica marcante deste espaço é o fato de que,

[...] a praça que integra o projeto é frequentada por pessoas das diversas faixas etárias e de renda, ganhando destaque para as crianças e jovens e o público de menor poder aquisitivo. À noite e, especialmente nos fins de semana, os bares da praça e os localizados em seu entorno ficam movimentados, sendo forte a presença do comércio informal, como por exemplo, carros de lanche, venda de comidas típicas, aluguel de carrinhos motorizados para crianças, pipoqueiros, bomboneiros, etc. Todos, principalmente no final da tarde, começam a chegar e a demarcar seus territórios de comércio, ou simplesmente ficam circulando a praça (TRINDADE JR., AMARAL e SANTOS, 2006).

Um importante contraponto pode aqui ser feito entre o Projeto do estado “Estação das Docas” e o Projeto municipal “Ver-o-Rio”. O primeiro pensado como uma “Janela para o Rio” em um sentido contemplativo assume um caráter mais suntuoso e cheio de detalhes, com a incorporação de paredes de vidro fumê, climatização, escadas rolantes e elevadores, palco móvel, etc, essas mudanças não só encareceram a obra, mas também promoveram a diferenciação do público-alvo, dizendo respeito principalmente a uma demanda de mercado associada a uma política de incentivo ao turismo e às classes de médio e alto status local, inculcando ainda nestes usuários o orgulho de um novo equipamento urbano, a elevação da autoestima por ele proporcionada e a modernização da própria cidade (Figuras 10 e 113).



Figuras 10 e 11 - A esquerda a “estação da docas” empreendimento urbanístico do governo do estado com caráter contemplativo, que atende uma demanda “exclusiva” de consumidores; a direita o complexo “Ver-o-Rio” projeto da gestão municipal que tem caráter popular, tendo características que exaltam o regional.

Fonte: Trabalho de Campo (2012).

Diferentemente, a intervenção urbanística proposta pelo município na gestão Edmilson Rodrigues, tende a contemplar, em maior grau, uma demanda bem diferenciada da anterior, ou seja, a parcela da população com baixo poder aquisitivo, tornando este espaço refuncionalizado uma propriedade de uso mais coletivo.

A ideia de refuncionalização está ligada à permanência das formas e a mudança das antigas funções, ou seja, os conteúdos que ali existiam, além de tratar a forma e a função como dois conceitos indissociáveis.

Optou-se pela ideia de refuncionalização já que as formas permanecem e os conteúdos se alteram e este processo de mudança só ocorre devido às características únicas que cada forma contém. Isto demonstra que é preciso considerar que uma mesma forma pode realizar-se em diversos conteúdos, pois,

[...] ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2009, p. 103).

As ações impressas na área central denotam o intenso processo de incorporação dos objetos espaciais aí presentes, uma vez que a refuncionalização dos espaços tem papel de atrair em razão de

[...] a recuperação de áreas urbanas degradadas ou abandonadas (...) possam trazer de volta aos centros, aos portos, às vilas operárias ou outras áreas refuncionalizadas, as classes sociais com maior poder aquisitivo e capital cultural mais valorizados. Por isso, neste momento, a cultura se torna mercadoria e moeda de troca que impregna os objetos, os bens culturais e a própria paisagem urbana (PAES-LUCHIARI, 2006, p.47).

Remetendo ao processo de gentrificação ocorrente principalmente na “Estação das Docas”, o mesmo não pode se dizer do Complexo “Ver-o-Rio”, mas ambos os projetos têm em comum o fato das complexas ações dos agentes sociais incluir práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial, o qual se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 1989).

As intervenções na área central de Belém por parte do governo do estado (Estação das Docas) e do município (“Ver-o-Rio”) aconteceram de forma coincidente, com e suas inaugurações nos anos de 2000 e de 2001, respectivamente. Ambos os projetos adotam a tônica contemplativa do “de volta para o rio”, no entanto, a refuncionalização dos espaços se deu de maneira diferenciada, estando desconexos o contemplar e o consumir.

Não foi pensada uma refuncionalização de caráter democrático, que abarque indistintamente os diferentes setores sociais belenenses, sendo percebido de forma cabal e sintomática, não só o descompasso entre as políticas de governo do estado e do município, como um reforço aos processos de segregação socioespacial na capital Belém, sendo estes processos claramente observados em sua área central.

## **Considerações Finais**

Desde o início da conquista do território amazônico houve o interesse em assegurar a defesa do território sob perspectiva de controle econômico da região, e a fundação da cidade de Belém (1616) em localização estratégica assume caráter decisivo principalmente no concernente a questão político-militar como também a posterior constituição de outros núcleos partindo de Belém.

Neste primeiro momento o controle e a gestão da vida econômica e social são feitos pelas ordens religiosas, tendo Belém experimentado sobremaneira tal influência por conta da grande quantidade de igrejas espalhadas principalmente na área central da cidade. Porém, a expansão das atividades produtivas com a Companhia Mercantil do Grão-Pará e Maranhão retira o controle econômico e mercantil da mão das ordens religiosas, em razão da Política Pombalina de inserção da economia amazônica no mercado mundial, incorrendo na expulsão dos jesuítas e transformação das aldeias missionárias em vilas, recebendo outras denominações. Neste contexto Belém passa a ser a capital do Grão-Pará e Maranhão por fatores locacionais (desembocadura do rio Guamá, estando ainda às portas do oceano Atlântico).

Já no período do *boom* econômico da borracha ocorre a superação do problema do sistema de transportes, intensificando as relações entre os núcleos de povoamento e da escassez da mão de obra já que o revigoração econômico atrai um grande contingente de pessoas para as cidades já existentes. Em virtude da oferta de capitais para o financiamento da produção e o reforço ao sistema de “aviamento” que promove a viabilização da produção, circulação, consumo e estrutura de poder, com o surgimento de novos centros urbanos na Amazônia Ocidental, em sua maioria sedes de seringais e prosperidade de cidades como Belém, Manaus e Santarém.

Em decorrência de uma nova estagnação econômica fruto da queda da demanda da borracha, ocorre diminuição do fluxo migratório para a Amazônia com existência de certo refluxo para as áreas de origem das populações aí instaladas, acarretando impacto na rede urbana por meio da perda de mercado (fator população). A estagnação econômica e regional, por inércia, iria ratificar a posição de Belém e Manaus na rede urbana regional – focos parciais de êxodo proveniente dos seringais, os quais perderam sua função, outrora movedora da economia amazônica.

A partir de 1960 se processa na Amazônia uma reorganização da Rede Urbana, passando de rede urbana dendrítica para rede urbana complexa, tendo maior incentivo da urbanização regional, com surgimento e crescimento de núcleos urbanos e povoados ao longo das rodovias e o revigoração de centros antigos articulados a uma nova dinâmica local, a exemplo de Marabá, e ainda com urbanização concentrada nas capitais estaduais, e também projetos de cunho intervencionista nas áreas centrais.

Tais considerações coadunam-se com a periodização de Corrêa (2006), as quais mesmo tratando da região amazônica de forma geral enquadram a cidade de Belém no contexto das transformações ocorridas ao longo destes 4 (quatro) séculos, desde a fundação da cidade de Belém.

A ênfase dada aos processos de intervenção na área central de Belém se faz importante para mostrar que o passado esta presente nas formas espaciais, tanto no bairro da Cidade Velha com o complexo “Feliz Lusitânia”, como no bairro da Campina com a Estação das Docas, no bairro do Reduto e seus galpões refuncionalizados, assim como no bairro do Umarizal com o Complexo Ver-o-Rio, ganhando ares com forte apelo ao regionalismo.

Tais projetos de intervenção guardam em seus cernes uma tentativa de promoção por parte do governo (nas esferas estadual e municipal) de volta ao centro, incorrendo em um verdadeiro processo de gentrificação, seja devido ao lazer (para classe média e alta na “Estação das Docas” e classe baixa no “Ver-o-Rio”) ou a questão da moradia,

Araújo Júnior, A. C. R. A. e Azevedo, A. K. A.

casos do complexo Feliz Lusitânia na área central de Belém, principalmente em suas imediações e também das refuncionalizações vividas nos galpões do bairro do Reduto, os quais atuaram como polos atratores (devido à concentração de serviços) de pessoas das classes média e alta.

Por tanto, verifica-se que a cidade de Belém (em especial a área central localizada a beira-rio) assumiu, desde o seu processo de colonização, papel fundamental no contexto amazônico por concentrar atividades econômicas fundamentais para o desenvolvimento da região, sendo um verdadeiro “centro” dinâmico no concernente a (re) organização da rede urbana na Amazônia.

Cabe ao poder público, no entanto, proceder sistematicamente articulado (governos Federal, Estadual e Municipal), para a promoção de políticas públicas não segregadoras do espaço urbano, nas quais os diferentes níveis sociais possam coexistir harmonicamente.

### Referências Bibliográficas

A BELÉM, A.G. *Urbanização e Remoção – Por que e para quem?* Belém: CFCH, NAEA, UFPA: Col. Igarapé, 1989.

BELÉM. Prefeitura Municipal. *Plano de reestruturação da orla de Belém (PRO - Belém)*. Belém: PMB, 2000.

BORGES, D.R.; SILVA, J.M.P. A influência da doação e ocupação de terra urbana em Belém nos atuais conflitos de dominialidades sobre os terrenos de marinha. In: XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2011, Belo Horizonte - MG. *Anais...* Editora Belo Horizonte, 2011.

CARLOS, A.F.A. *Cidade*. São Paulo: Contexto (Coleção Repensando a Geografia), 1992.

CHAVES, M.A.R.; COELHO, I.M.; SILVEIRA NETO, J.R.; *Revista de Cultura do Pará*. Belém: Conselho Estadual de Cultura. Ano 5 – nº 20 e nº 21 – Jul-Dez, 1975.

CORRÊA, R.L. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Espaço Urbano*. Editora Ática, Série Princípios, 3ª Ed., 1995.

GONÇALVES, C.V.P. *Amazônia, Amazôniaas*. 2ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

HOFFMANN, F. *Istanbul: Living Together Separately*. Urban Action 2007, College of Behavioral and Social Sciences, San Francisco State University, 2007.

MEIRA FILHO, A. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*. 1ª. Ed. Belém, Grafisa, 1976.



MOREIRA, E. *Belém e sua expressão geográfica*. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

PAES-LUCHIARI, M.T.D. Centros históricos – mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. *Revista GEOgraphia* – Ano 7 – n. 14, 2006, p. 43-58.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª. Ed. - São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, 2ª Ed. 2004.

\_\_\_\_\_. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.

TOURINHO, R.; MEIRA FILHO, A.; COUTO, C.A.O. CONVÊNIO SUDAM-DNOS-GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. *Monografia das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação*. 2ª Ed. rev. SUDAM, 1976.

TRINDADE JR, S.C., AMARAL, M.D.B., e SANTOS, E.R.C. Estado, políticas urbanas e gestão do espaço na orla fluvial de Belém. In: CASTRO, E. (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006, p. 59-84.

TRINDADE JR, S.C. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, 1998, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. De volta ao rio: estratégias de gestão e de (re) apropriação do espaço urbano na área central de Belém. In: TRINDADE JR, S. C.; TAVARES, M. G. C. (Orgs.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008, p. 145-156.

Recebido em 22/05/2012

Aceito em: 28/12/2012

---

<sup>1</sup> Segundo Santos (1978) a noção de rugosidades complementa a concepção de que a produção do espaço é, ao mesmo tempo, construção e destruição de formas e funções sociais dos lugares. Ou seja, a (des) construção do espaço não se refere apenas à destruição e à construção de objetos fixos, mas também às relações que os unem em combinações distintas ao longo do tempo.

